

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESP Class.: 116

Data 22/08/73 Pg.: _____

Bandeira defende contas da Funai

Das Sucursais e dos Correspondentes

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, disse ontem em Brasília que a aprovação das atividades da Funai pelo Tribunal de Contas da União "coloca por terra a afirmação de que não aplicamos corretamente os recursos". O general respondia assim, parcialmente, as acusações feitas pelo ex-diretor do Departamento Geral de Operações do órgão, Amaury Sadock de Freitas, que se demitiu denunciando irregularidades na Funai.

Bandeira de Mello, contudo, informou que todas as acusações de Sadock de Freitas serão respondidas num documento que está sendo preparado e que será enviado ao Ministério do Interior. Ele admitiu que foi surpreendido pela carta de demissão, mas reconheceu que havia divergência entre ele e Sadock de Freitas.

— Não costumo responder acusações sem apresentar dados concretos. As irregularidades levantadas pelo antigo diretor do DGO atingem a quase todos os setores da Funai, envolvendo, inclusive, a nossa prestação de contas.

AS CAUSAS

Segundo Bandeira de Mello, as críticas formuladas por Sadock de Freitas sobre a aplicação de verbas favorecendo mais os funcionários da Funai em Brasília e no Rio do que as delegacias regionais e os postos indígenas, devem ser rebatidas e para isso ele já pediu que todos os departamentos do órgão enviem relatórios sobre os programas em andamento para formulação da resposta.

Enquanto o presidente dava essas explicações, técnicos da Funai comentavam que realmente a demissão de Amaury Sadock de Freitas está ligada a questões administrativas. A opinião corrente é a de que os desentendimentos começaram há um ano, quando foram criados o Departamento Geral de Operações e o Departamento Geral de Planejamento Comunitário. Sadock chefiava o setor que englobava essas duas atividades, mas após o desmembramento ficou apenas com o DGO, enquanto um novo diretor era nomeado para o Departamento Comunitário. Sadock, de acordo com a versão dos técnicos da Funai, não teria gostado dessas medidas.

UMA FUNCIONÁRIA

A estudante de Serviço Social Neiva Carvalho da Costa é

a representante da Funai no Rio Grande do Sul, cujo escritório ficaria na av. Acelino de Carvalho, 21, 2.º andar. Na lista telefônica de Porto Alegre, na seção "Ministério do Interior", há um número atribuído à Funai, mas se alguém discar vai ouvir uma voz respondendo da rua Barros Cassal, da casa de Neiva.

Estudando e fazendo um estágio, Neiva não tem tempo suficiente para cuidar de todos os assuntos da Fundação no Rio Grande do Sul. Por isso, sua tia é quem abre o escritório, à tarde, informando que falar por telefone não é difícil. "Se alguém quiser deixar recado, telefona para a SERFIAU aqui do lado que eles transmitem para a Neiva".

Humberto Veríssimo, estudante de Direito, contudo, não

conseguiu se beneficiar do método exposto pela tia de Neiva. Ele queria inscrever-se no concurso de auxiliar técnico de indigenismo, que havia sido anunciado pelos jornais e pela televisão. Mas teve que ir ontem, como outras 9 pessoas, ao escritório da Funai e esperar a funcionária Neiva chegar às 16 horas. Eles não sabiam, porém, que o concurso já havia sido realizado no domingo.

NÃO INFORMA

A's 16 e 30 chegou a funcionária Neiva dando, finalmente, a explicação.

Na sala há uma fotografia do Marechal Rondon, uma pequena bandeira do Brasil, um sofá, duas poltronas, um armário, duas mesas, um arco e várias flechas. "Tudo do posto

índigena de Noanai", diz Neiva. O posto é uma das unidades da Funai no Rio Grande do Sul pelas quais trabalha a funcionária Neiva. Sua tarefa em Porto Alegre é fazer contatos com entidades e dar assistência ao índio doente, Neiva, contudo, não fala sobre isso. O general Bandeira de Mello mandou uma ordem a todos os postos e representações da Funai para que não fornecessem dados à imprensa, porque os reporteres poderiam distorcer todas as declarações.

TUDO BEM

Em Porto Velho, Rondonia, o major Valdirene Monteiro diz que não tem muitos problemas na 8.ª Delegacia da Funai, nem mesmo falta de verbas. Os índios pacificados que moram nos postos de Guajará-Mirim, no entanto, não recebem visitas de

médicos nem de enfermeiros e desconhecem qualquer medicamento. Mas o major Monteiro queixa-se apenas da falta de pessoal para impedir as invasões das terras indígenas na região dos rios Aripuanã, Roosevelt, Guaporé, Gi-Paraná e Jamari.

O sertanista Apoena Meireles, em Brasília, não fez nenhuma referência às dificuldades da Fundação Nacional do Índio, nem as críticas à pobreza material formuladas por Amaury Sadock de Freitas. Mas disse que a suspensão da demarcação das reservas dos índios xavantes, em Mato Grosso, pode ter consequências graves. "Não compreendo que numa hora em que a Funai consegue finalmente a aprovação das cinco reservas para os índios xavantes, venha uma ordem superior determinando a suspensão

dos trabalhos. Afinal, a Funai é um órgão que defende o índio e não os interesses de terceiros, no caso, os fazendeiros que invadiram as terras dos xavantes".